



MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO  
FABS-RPPS

Ata n° 03/2015

Aos dezanove dias do mês de outubro de 2015, reuniram-se os membros do COADFABS, nomeados pelas Portarias n° 69/SG/14 e 48/SG/2015. Presentes os **TITULARES**: Luiz Ghellar, Eliseu Morin, Michael Gindri Bueno, João Batista Rodrigues da Silva, Renato Alves Ribas, Alfredo Amaral Obregon, Sandra Maria Back Ferreira. **SUPLENTE** : Rosani M L Stocker, Rosemari Machado, Jeferson Toniazco, Guilherme Rademacher Aiolfi, Daiani Mello dos Santos. Deu-se início a reunião com a informação recebida da Caixa Econômica Federal, para a migração das contas dos órgãos públicos das agências locais para uma plataforma de Clientes de Negócios de Governo, situada na Regional de Passo Fundo, que envolvem a contas do RPPS, dado conhecimento nada houve a constar. Conforme pauta passou-se a tratar da falta de repasse de contribuições da alíquota especial, relativas ao mês de setembro de 2015, vencidas em 10 de outubro de 2015; pois compete ao COADFABS, fiscalizar o recolhimento das contribuições e deliberar sobre assuntos atinentes ao FABS, decidiu-se inicialmente pelo envio de ofício administrativo notificando o Sr. Prefeito, ficando postergado o artigo 22 da Lei 3.611/2012, de interpelação judicial para cobrança, o Conselho irá aguardar o retorno do executivo, colocado em votação absteram-se de votar Luiz Ghellar e Michael Gindri Bueno, por maioria aprovado o envio da notificação. A seguir passou-se ao item 2 da pauta, falta de acompanhamento pelo COADFABS, sobre o que o Executivo está fazendo, em função de contrato com empresa de Assessoria e que diz respeito direto ao FABS, o Conselheiro e Secretário Luiz Ghellar, informou que a administração irá convidar o COADFABS e sindicatos, para explanar sobre o assunto. Foram abordados as reportagens veiculadas na imprensa local, citando números e informações relativas ao FABS, depois de discutidos, foi solicitado a colocação em votação pela Conselheira Rosani M<sup>a</sup> Lima Stocker, de elaboração de Nota de Esclarecimento sobre os fatos, votaram contra Eliseu Morin, Luiz Ghellar e Michael Gindri Bueno, por maioria aprovado. O Conselheiro Eliseu Morin, colocou em pauta a questão das diárias e valores pagos, ao que foi lido o § 11 do artigo 18 da Lei 3.611/2012, que disciplina o assunto; o mesmo ainda questionou a questão das viagens e suas autorizações, foi informado que isso passa pelo Presidente para deliberação; também sobre a Administração Financeira do FABS, sugerindo a contratação de consultoria para tratar das aplicações dos recursos, colocado em votação a maioria decidiu por manter a gestão financeira própria conforme previsto na Lei, votaram pela contratação Eliseu Morin, Luiz Ghellar e Michael Gindri Bueno; o Conselheiro Eliseu Morin sugeriu que seja alterado a Lei do Bônus Alimentação, excluindo o pagamento do mesmo nos períodos em que o servidor estiver afastado

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Rosani, Eliseu, and others, along with the number 13 and the word "Deido"]*

do serviço; nesta esteira também a Conselheira Sandra B Ferreira sugere que seja alterada a legislação que trata da concessão de pensões adequando-se à normativa Federal Lei nº 13.135 de 17 de junho de 2015, o que foi acolhido pelo Conselho. Nada mais havendo a contar encerra-se a presente ata, que vai devidamente assinada.

Luiz Ghellar

Eliseu Morin

Michael Gindri Bueno

João B. R. da Silva

Renato Alves Ribas

Alfredo A. Obregon

Sandra M. Back Ferreira

Rosani M<sup>a</sup> Lima Stocker

Guilherme Rademacher Aiolfi

Rosemari Machado

Jefferson Toniazzo

Daiani Mello dos Santos

Renata Bohn

Demais Presentes:

Adriano B. Kasper

*[Signature]*

*[Signature]*

**MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO - FABS-RPPS**

Santo Ângelo, 19 de outubro de 2015.

Exmo. Sr.  
LUIZ VALDIR ANDRES  
Prefeito

Em reunião do COADFABS, nesta data, decidiu-se, por maioria dos membros, pela notificação de sua excelência, por descumprimento na falta dos repasses ao RPPS Municipal.

Passados os prazos Legais, de recolhimento das contribuições previdenciárias, constatamos que relativo à competência setembro/2015, está faltando ser repassado ao FABS o montante de R\$596.428,33 (quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e vinte e oito reais e trinta e três centavos).

Com isto solicitamos esclarecimentos sobre as previsões de pagamento. Pois o COADFABS, é responsável pela fiscalização do recolhimento das contribuições.

Cordialmente.

  
Alfredo Amaral Obregon  
Presidente

RECEBIDO EM 22/10/15  
SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO